



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO Nº: 4.061/2008.

DATA ABERTURA: 09/12/2008.

REQUERENTE: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 086/2008.

DESCRIÇÃO: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE BARRA DO RIACHO.

A handwritten mark or signature, possibly a stylized '01' or a similar symbol, located on the right side of the page.



Prefeitura Municipal de Aracruz

ESPIRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Aracruz, 09 de Dezembro de 2008.

MENSAGEM Nº 086/08

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES

O anexo projeto de Lei que ora submeto à superior apreciação dessa Colenda Câmara Legislativa, tem por objetivo denominar a Unidade de Saúde a ser inaugurada em Barra do Riacho com o nome de UNIDADE DE SAÚDE ARMANDO LOBO.

ARMANDO LOBO foi escolhido pela sua trajetória e desempenho no desbravamento de Barra do Riacho, bem como por ter sido uma pessoa que dedicou parte da sua vida em prol do bem daquele Distrito.

Nascido em 1904, filho caçula do Professor Antonio da Rocha Lobo e D. Maria Antonia Costa e Silva, foi uma figura respeitada em Barra do Riacho, e mais que isso, um líder e desbravador daquele Distrito.

Faleceu em Agosto de 1989, na cidade de Aimorés – Minas Gerais.

Segue anexo “paper” apresentando a história de Armando Lobo.

Com a aprovação deste projeto poderemos prestar uma grande e justa homenagem a um dos desbravadores de Barra do Riacho.

Por tais razões, contando com a acolhida lógica e sensata dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis, pugno pela aprovação do anexo Projeto de Lei, autorizando a este Poder Executivo a denominar a Unidade de Saúde de Barra do Riacho “ARMANDO LOBO” - representando assim uma singela e merecida homenagem.

Seguro da importância desta proposição, para a qual espero o apoio dos Senhores, ao mesmo tempo em que me coloco ao inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem oportunos e necessários.

Atenciosamente,



ADEMAR COUTINHO DEVENS
PREFEITO MUNICIPAL

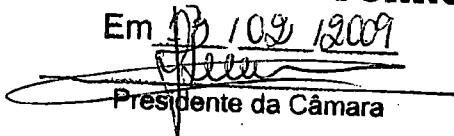


Prefeitura Municipal de Aracruz

ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

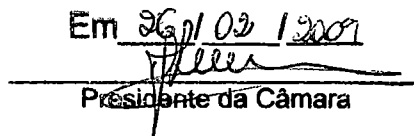
REJEITADO 1º TURNO

Em 10/09/2009


Presidente da Câmara

REJEITADO 2º TURNO

Em 26/09/2009


Presidente da Câmara

03

PROJETO DE LEI Nº. 086, DE 09/12/2008.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE BARRA DO RIACHO.


O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - A Unidade de Saúde, localizada em Barra do Riacho, no Município de Aracruz-ES, passa a denominar-se "Unidade de Saúde Armando Lobo".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 09 de Dezembro de 2008.


ADEMAR COUTINHO DEVÊNS
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

04

PROCESSO Nº 4.061/2008.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO:

Após registrar e autuar o processo, encaminhamos para conhecimento e providências.

Em: 09/12/2008.


PROTOCOLO GERAL.

REITEM
Rede Inter-Transdisciplinar de Estudos Multiculturais

PROFESSOR LOBO E ARMANDO LOBO
A Visão de Futuro dos D

Prof. L

Terezinha

Favor anexar ao
projeto de lei nº
086/08.

ARACRUZ
Espírito Santo
2008

APRESENTAÇÃO

O presente "paper" visa apresentar as pessoas de PROF. LOBO e ARMANDO LOBO, os doadores dos 50 (cinquenta) hectares de terra da sua Fazenda "Flor da Barra" aos pescadores caboclos e indígenas que deixaram suas aldeias de Pau-Brasil, Comboios, Piranema, Barra do Sahí, Putiri e outras menores para morar no entorno da fazenda da Família Lobo, a partir de 1885.

Professor Antônio da Rocha Lobo veio de São João da Barra, Rio de Janeiro para o Espírito Santo e, 1880, tornou-se morador de Vila do Riacho, onde se tornou professor primário, tendo tido entre seus alunos Misael Pinto Neto que, mais tarde, educou os filhos dos imigrantes italianos em Córrego Fundo e Sauaçu. Hoje, é nome de rua na cidade de Aracruz. Armando Lobo, seu filho caçula, herdou a propriedade e se tornou um desbravador, lavrador, pecuarista, pescador, armador, exportador, além de benfeitor de Barra do Riacho, como seu pai.

Tendo ANTÔNIO DA ROCHA LOBO já merecido a escolha de seu nome para nomeação da Casa de Cultura de Barra do Riacho, por ter sido seu primeiro professor, cabe-nos agora reivindicar o reconhecimento histórico da importância desses dois homens para a consolidação e história do povoado de Barra do Riacho. Nossa meta é fazer justiça também a ARMANDO LOBO, nomeando a Unidade de Saúde de Barra do Riacho, que está para ser inaugurada, com seu nome.

PORTANTO, ao apresentar este "paper" à população municipal, principalmente a de Barra do Riacho, queremos sensibilizar o Sr. Prefeito Municipal para a necessidade de se preservar a memória histórica dos barrenses, fator essencial na formação e consolidação de sua identidade cultural.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	04
II. A FUNDAÇÃO DA ALDEIA DE CAMPOS DO RIACHO.....	05
III. QUARTEL DO RIACHO E FAZENDA “FLOR DA BARRA “.....	06
IV. O IMPERADOR D. PEDRO II E VIAJANTES EUROPEUS NO VALE DO RIACHO.....	08
V. O CRESCIMENTO DE CAMPOS DO RIACHO.....	11
VI. O CRESCIMENTO DE BARRA DO RIACHO.....	14
VII. CONCLUSÃO.....	22

I. INTRODUÇÃO

Nada como uma retrospectiva histórica para nos situarmos no presente e começarmos a compreendê-lo. Nas páginas que se seguem estaremos contextualizando a formação do futuro povoado de Barra do Riacho, iniciado em 1800, para combater índios Botocudo.

Nessa época, os territórios de Barra do Riacho e Vila do Riacho pertenciam ao Distrito de Santa Cruz, localizado no Município de Santos Reis Magos, com sede em Nova Almeida, cujo território ia de Linhares à Serra.

Aldeia Nova, na margem direita da foz do rio Piraqueaçu, em Santa Cruz, foi a primeira povoação do atual Município de Aracruz, fundada pelos padres jesuítas e índios em 1556. A segunda, Aldeia do Riacho, foi criada em 1557 e, só 243 anos depois, é que surgiu Barra do Riacho, na margem direita da foz do rio Riacho, área que mais tarde veio a pertencer à Família Lobo.

Em 1880, a área de Barra do Riacho era propriedade da Família Matos, moradora da Fazenda Santa Joana, pertencente ao Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, o qual hospedara o Imperador D. Pedro II em sua Casa Grande, em 1860, quando visitou o Espírito Santo. Com seu falecimento, seu espólio foi dividido entre seus filhos e, assim, o herdeiro da Casa Grande Luís Ribeiro Pinto de Matos, comprou uma parte do irmão, José Ribeiro de Matos, o qual, com a morte do mano Luís, recomprou com a viúva a parte vendida, e mais tarde, vendeu para o Prof. Antônio da Rocha Lobo.

Em síntese, esse é o pano de fundo da doação de Barra do Riacho aos seus moradores pelos benfeitores da Família Lobo. Vejamos, a seguir, como tudo isso aconteceu, que fatos se tornaram mais relevantes para a compreensão do grande mérito de ARMANDO LOBO, nome que a comunidade de Barra do Riacho, tardiamente, mas ainda em tempo, reconhece e cuja memória histórica faz questão de preservar.

II. A FUNDAÇÃO DA ALDEIA DE CAMPOS DO RIACHO

Conforme o “Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo” do Dr. Marques (1878: 5), o jesuíta Afonso Braz fundou, em 1557, a **Aldeia do Campo** (mais tarde **Campos do Riacho**), ao sul do Rio Doce, “*na distância de três léguas, pouco mais ou menos ao norte da Aldeia Velha*”. Dois séculos mais tarde, em 1792, surgiu Linhares como um destacamento militar chamado “*Coutins*”, próximo a uma aldeia dos Botocudo (Marques, 1878: 176). Toda a imensa área ao sul do Rio Doce, e ao norte do Riacho, continuou sendo uma grande floresta de Mata Atlântica durante os séculos XVI, XVII e final do XVIII.

O Capitão-Mor Ignácio João Mongeardino que, em 1790, repovoou Aldeia Velha (Santa Cruz) com 30 casais, escreveu ao Governador da Capitania do Espírito Santo, aconselhando-o que se criasse uma outra povoação na confluência dos Rios Riacho e Comboios, que seria de “*grande utilidade*”, e constatando a pequena profundidade na foz do Riacho, afirmou que a navegação desses rios seria apenas possível usando-se “*canoas de voga*” .

Fig. 01. Os trinta casais que repovoaram Aldeia Velha, hoje, Santa Cruz, em 1790, e dali se espalharam pelo futuro município

Com a vinda de D. João VI e Família Real para o Brasil em 1807 e sua declaração de guerra aos Botocudo em 1809, foi fundado o **Quartel do Riacho**, em 1800 e o **Quartel de Comboios** em 1815, “*nas matas, pouco distante do mar, três léguas ao sul do Rio Doce, e quatro do Quartel do Riacho*”, também pelo Capitão-Mor Antônio Pires da Silva Pontes, com o objetivo de repelir os ataques movidos pela resistência dos Botocudo à ocupação de seu território. “*Era inteiramente despovoado o terreno por espaço de dez léguas de norte a sul, entre a Aldeia Velha e o Rio Doce*” (Marques, 1878: 39).

Em 1827, Campos do Riacho já possuía uma loja de molhados. Suas terras eram férteis e atraíam muitos fazendeiros e a migração continuava aumentando. Atestando o progresso da localidade, conforme documentos do Arquivo Municipal de Aracruz foi criada, em 1828, a **Intendência Municipal de Vila do Riacho**, com os seguintes empregados: Secretário, Procurador, Porteiro e Fiscal. Constava das Disposições

Gerais, artigo 9º de seu Estatuto : "*Todos os empregados da intendência municipal poderão prender, autuar e reverter às autoridades policiais aqueles que os injuriarem ou insultarem, quando no exercício de seus cargos, sendo em flagrante e com duas testemunhas presenciáveis*".

A população de Riacho continuou crescendo após a elevação de Aldeia Velha à categoria de Município de Santa Cruz, em 1848.

O área do vale do Rio Riacho, norte do novo município, continuava se povoando de fazendeiros, atraídos pelas notícias da "*excelência das terras para a invernção do gado*", e muito férteis para o desenvolvimento de lavouras. Em 1854, luso-brasileiros que chegaram com os 30 casais, vieram se estabelecer na área como Luiz da Rosa Loureiro, Joaquim Carlos Pereira e, mais tarde, Marcelino Rosa Loureiro, "*nomes que encontraremos vivos, pelos descendentes, nos fatos ligados à escravidão no Espírito Santo*" (Novaes, 1963: 55). Foram os Loureiro que se tornaram sesmeiros na área do Rio Gemuhúna, um pouco ao sul do Campos do Riacho.

Mais tarde, já em 14 de abril de 1851, de acordo com a Ata do Conselho de Qualificação da Vila de Santa Cruz, foi instalado o Conselho de Qualificação (Conselho da Guarda Nacional), presidido pelo Tenente da Guarda Nacional Luís da Rosa Loureiro (de Riacho), 1º Sargento - José Pinto de Miranda e Sá, e Fumiel Santana e José Pinto Homero de Azevedo para secretários, com a função de alistar e qualificar os Guardas Nacionais dessa paróquia, alistando 249 pessoas com idade de 19 a 52 anos.

A uns 30 quilômetros ao norte dali, Campos do Riacho continuava prosperando. Por essa época, década de 1850, "*tendo por matriz uma capella existente no Riacho*", foi mais tarde criada no Município "*uma freguezia com a invocação de São Benedito*", amparada pelo artigo 1º da Lei Provincial nº 25 de 1864 (Marques, 1878: 214).

III. QUARTEL DO RIACHO E FAZENDA "FLOR DA BARRA "

Durante quase dois séculos e meio desde a fundação das aldeias de Santa Cruz (1556) e Riacho (1557), não temos notícias de algum novo povoamento português sendo fundado no território do atual Município de Aracruz. Os quase 30 km que separam as duas comunidades tinham que ser vencidos à pé, à cavalo ou de canoa,

descendo até a foz do Riacho e, de lá, seguindo por mar ou pela praia, esperando o tempo da maré baixa. Doentes eram transportados em redes, com pessoas se revezando. Os índios botocudos perambulavam pelo território até à Boca da Barra e defendiam o território como seu, afastando os brancos que se aventurassem entrar.

Em 1800, uma década após a chegada dos 30 casais portugueses que repovoaram Santa Cruz com europeus, e antes da criação do Quartel de Comboios (1815), como era grande a resistência dos índios Botocudo à penetração no território ao norte de Vitória, sede da Capitania do Espírito Santo, foi fundado o **Quartel de Riacho** “6 léguas ao norte da villa de Almeida, na embocadura do ribeiro Riacho, que se lança ao mar e dá navegação a canoas até a *Aldêa do Campo do Riacho*” (Marques, 1878: 201).

Fig. 02. Quartel na foz do Riacho, origem do povoado de Barra do Riacho e Campos do Riacho, em 1818.

De acordo com o autor (p. 21-22), essa aldeia “*está na distância de 7 léguas ao sul do Rio Doce*” [e] “*fica assentada nas margens de um ribeiro chamado Riacho, meia légua acima de sua embocadura no mar. Seus habitantes são, pela maior parte, índios*”.

Nesse mesmo ano de 1800, diz Novaes (1963: 55), refugiaram-se em Campos do Riacho, Francisco Bueno e João Campista, talvez gente dos 30 casais querendo expandir suas terras, e lançaram os fundamentos da povoação do Riacho, “*lugar que tanto realce teve, na história da escravidão, porque se tornou um centro de quilombos*”.

Dois outros portugueses, que parece ter vindo com os 30 casais, foram os Coutinho, de Itaparica, Santa Cruz e, metade dos quais veio morar em Barra do Riacho, e os Matos, da Fazenda “Santa Juanna”, a 1k ao norte de Barra do Riacho, onde no final do século XIX foi instalada a fazenda “Flor da Barra”, do Professor Lobo..

Mais tarde, por volta de 1850, toda a área da foz do Riacho e imediações para o sul até o Rio do Engenho/Córrego das Minhocas (Praia da Conchinha) e para o norte até Rio Pavor, e oeste até o Córrego do Ouro, além da aldeia de Pau-Brasil constituía uma sesmaria, a Fazenda Santa Juanna, pertencente ao Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, nascido em 1807. Era senhor de escravos e casado com Catarina Ribeiro Pinto de Matos, pai de 08 filhos, entre os quais Luís Ribeiro Pinto de Matos e José Ribeiro Pinto de Matos, os quais, após a morte do Coronel em 1880, herdaram a

sesmaria, ficando Luís com a sede (do Rio Pavor ao Rio Santa Juanna), e José com o sul do Rio Santa Juanna até o Rio do Engenho/Córrego das Minhocas, na Praia da Concha, que englobava a gleba de Barra do Riacho.

Fig. 03. Casa Grande da Fazenda Santa Juanna, do Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, onde o Imperador D. Pedro II pernitoiu em 1860.

Luís Ribeiro Pinto de Matos, nascido em 05-12-1850, e falecido após julho de 1907, herdara a parte da sesmaria situada ao norte do Córrego Santa Juanna, limitando-se ao norte com a dos Loureiro, de Gemuhúna, separadas pelo rio Pavor, hoje seco, depois que chegaram os eucaliptos da Aracruz Celulose, e ao sul, com o córrego Santa Juanna, a leste com o rio Riacho e a oeste, com o Córrego do Ouro.

Segundo Andrade (2002), Luís de Matos e sua esposa, Vovó Chiquinha, tiveram 12 filhos. O tamanho da sesmaria de Luís Matos, no entanto, é motivo de controvérsia. Sua neta Edir Matos Pimentel e bisneta Ivanilda Azeredo Machado (1998), disseram que *“as terras de Luís de Matos englobavam 800 alqueires ou 4.000 hectares e incluíam: Fazenda Santa Joana, Mãe Boa, Córrego do Ouro, Pavor, Barragem, João Ubaldo, Brejo do Pereira. Está arquivado no Cartório de Ibirajú”*. Mas, para Arlindo Ribeiro (1998), a sesmaria do Luís de Matos ia do Rio Pavor até a Fonte do Ingá, na entrada-norte de Barra do Riacho. Segundo outras fontes, as terras de Luís de Matos mediam 365 hectares de terra.

Fig. 04. O patriarca Luiz Ribeiro Pinto de Matos e sua esposa, dona Chiquinha, em 1900, pais de dona Vivina Pimentel Neto, Antonio Matos, Joaquim Matos e mais nove filhos (In: ANDRADE, Marcos. *Sobre a Genealogia da família Matos-Pimentel*. Vitória, 2002 (Acervo do bisneto Marcos Andrade).

José Ribeiro de Matos, nascido em 1843, casou-se duas vezes, e morreu aos 65 anos em 03-12-1908. Teve 04 filhos com Cândida Maria do Rosário, e 03 com Anastácia Maria Pinto Barbosa. Tendo José herdado a parte sul da sesmaria, do Rio Santa Joana até o Córrego das Minhocas/Rio do Engenho, vendeu a metade sul que ia

do Córrego das Minhocas até a Lagoa do Bernardo, antiga Fonte da Ingá, saída norte da atual Barra do Riacho, para o Prof. Antônio da Rocha Lobo, em 1885, segundo seu neto Augusto "Pai" Souza. A metade norte, da fonte da Ingá até o Rio Santa Joana, vendeu para o irmão Luís, em 12-12-1896.

Segundo seu neto, Pai Souza (1998), suas terras mediam 200 hectares, onde criava gado, galinha e porcos, e tinha canaviais e roças de mandioca. Produzia farinha, cachaça, açúcar mascavo, abóbora, banana, laranja, goiaba, araçá, aipim, feijão, milho e café. O engenho – depois foi abandonado, o pessoal tinha medo de ir lá, por causa de "*assombrações e gemidos de escravos*". Segundo Pai Souza, as peças de madeira ainda devem estar lá.

Uma outra sesmaria foi formada, ao norte do rio Pavor, englobando a área do Gemuhúna e para além dele, a partir de 1854, e pertencia ao, então, Coronel Luís da Rosa Loureiro, filho de Honório da Fraga Loureiro que casou-se com Luíza Pereira dos Passos Carlos, e gerou os fazendeiros Philareto (nascido em 1879) e Emiliano Loureiro (nascido em 1885). Philareto chegou a ser Prefeito do Município de Riacho. Emiliano, grande fazendeiro, foi pai de inúmeros filhos: Hélio, Delamário, Glauro, William, Neusa e outros. Esse historiador conheceu, na infância, os dois fazendeiros do Gemuhúna e conhece os seus filhos acima mencionados.

Ao sul da sesmaria de Luís Ribeiro de Matos, surgiu um novo sesmeiro, Prof. Antônio da Rocha Lobo, comprador da propriedade de José Ribeiro de Matos. , pai de Armando Lobo, os dois fundadores de Barra do Riacho, cuja área da fazenda "Flor da Barra", comprada ao final da década de 1885, deu origem ao povoado. A sede da fazenda ficava no mesmo local onde antes, em 1800, fora sediado o Quartel de Riacho, justamente na boca da barra, ou foz do Rio Riacho.

IV. O IMPERADOR D. PEDRO II E VIAJANTES EUROPEUS NO VALE DO RIACHO

Garantidos pelos dois quartéis (Riacho e Comboios), fundados no início do século XIX, contra os ataques dos Botocudo, começaram a aparecer viajantes estrangeiros, interessados em conhecer o interior do Brasil e elaborar um Relatório ao Príncipe Regente D. João, que viera com a Família Real em 1807.

Os primeiros brancos a pisarem o solo de quem se tem notícia foram o Príncipe alemão Neuwied, que esteve no Quartel do Riacho em 1815, e o botânico francês Saint-Hilaire, em 1818, que integravam a Comissão Cultural do Príncipe português, mais tarde, D. João VI. Este, enquanto declarava guerra aos Botocudo em 1809, enviava viajantes estrangeiros pelo Brasil afora. Esses escreviam relatórios de viagens e observações, os quais hoje constituem-se documentos históricos sobre a origem de muitas comunidades e municípios (Rocha, 1971; Saint-Hilaire, 1818).

Fig. 05. Índios Aimoré e Botocudo, seus descendentes, que habitavam o território do vale do rio Riacho e ao norte.

Assim, protegido pelo Quartel da Foz do Riacho, Auguste de Saint-Hilaire percorreu, em 1818, a região de Barra do Riacho, viu índios numa canoa próximo à foz e anotou que o Quartel era comandado pelo capitão-de-milícia Manoel Francisco da Silveira Guimarães, e estava “*destinado a dar proteção aos viajantes contra os índios Botocudo e os índios civilizados estabelecidos neste distrito*” (Saint-Hilaire, 1936: 164), o que obrigava os brancos a manterem seus núcleos de população junto às praias. Mais tarde, num depoimento de 1828, de Ignácio Acioli de Vasconcellos, Presidente da Província, em suas “*Memórias Históricas e Políticas da Bahia*”, a aldeia de Campos do Riacho (hoje Vila do Riacho) começava a prosperar, possuindo uma loja de molhados, onde vendia carne-seca, sal, farinha e outros produtos (Vasconcellos, 1828: H verso), com uma população de 685 almas e 117 fogos (residências de uma família). Ambas aldeias Campos do Riacho e Aldeia Velha faziam parte da Vila dos Reis Magos (hoje Nova Almeida).

Quando de sua passagem, em 1818, pelo município de Reis Magos, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire que, como outros europeus, viajava pelo interior do Espírito Santo patrocinado pelo Rei. D. João VI, esteve nos povoados de Aldeia Velha e Riacho, e no Quartel de Riacho (foz do Riacho, hoje Barra do Riacho). Pelo que se deduz dos relatos de viajantes como Neuwied, Saint-Hilaire (1818), Decourtilz, Biard, o território era dominado pelos índios Botocudo ao norte da foz e pelos Tupinikim ao sul da mesma, com sua aldeia mais próxima, no Córrego de Piranema (hoje Casa de Hóspedes da Aracruz Celulose) e Rio Sahí. Mais para o sul, havia pequenas aldeias Tupinikim em Guaxindiba, Saué e Putiri.

Fig. 06 - Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que passou pelas aldeias de Reis Magos e Aldeia Velha, Quartel de Riacho e Campos do Riacho, em 1818..

Com a Carta Régia de 1809, o Príncipe D. João declarou guerra de extermínio aos Botocudo para "facilitar" a comunicação e o transporte de pessoas e mercadorias e ocupar o território. Agora, com uma nova Carta Régia, em 17 de janeiro de 1814, conforme Andrade (2002), o Príncipe Regente D. João VI tentava povoar o vale do Rio Riacho para evitar as incursões dos nativos, tendo distribuído sesmarias a fazendeiros no Rio Doce, no Santa Maria da Vitória e em todos os outros rios da Capitania do Espírito Santo. É possível que os ancestrais das famílias dos Mattos e dos Loureiro tenham se estabelecido na região por essa época.

Fig. 07. Índios Botocudos, descendentes dos Aimoré, que resistiram bravamente à invasão do seu território, no norte do Espírito Santo, In: MEDEIROS, Rogério. "O Massacre dos Botocudos", In: Medeiros, R. *Espírito Santo: Maldição Ecológica*. Vitória: Editora Semente Ltda, 1983, p. 51-60.

Tendo a aldeia de Campos do Riacho alcançado um certo crescimento econômico por volta de 1828, de acordo com as "Memórias" do Presidente Ignácio Acioli de Vasconcelos, o território do Distrito de Aldeia Velha, que o englobava, alcançou sua emancipação. Aldeia Velha foi elevada à categoria de Município, adotando o nome de Santa Cruz, em 3 de abril de 1848, separando-se do Município de Nova Almeida, do qual já Linhares já separara Linhares em 1833. O Município de Santa Cruz compreendia as terras dos atuais municípios de Aracruz, Ibirapu e João Neiva, e conseguiu sua emancipação graças ao seu movimento portuário, por onde eram exportados os produtos da terra, como açúcar, cachaça, carnes, leite, queijo e manteiga, madeiras-de-lei, peixe salgado, farinha de mandioca e um variado artesanato indígena de gamelas, cestos, remos e outros. Ao nascer, Santa Cruz já estava entre os mais prósperos municípios da Província do Espírito Santo.

Em 1860, também por aí passou o Imperador D. Pedro II com sua comitiva em sua viagem à Bahia, descrito adiante. Na tarde do dia 2 de fevereiro de 1860, D. Pedro II e sua comitiva atravessaram a baía de Santa Cruz de canoa, e prosseguiram a viagem a cavalo, passaram pela Aldeia de Caieiras Velhas, Barra do Riacho e Campos do

Riacho. Na barra do Rio Riacho encontrou-se com o fazendeiro-coronel Joaquim Pinto Ribeiro de Matos onde descortinou o Rio Riacho, tendo pernoitado na Casa Grande, o "Sobrado" do Coronel (Rocha, 1971: 138-139), ao qual o Imperador se referiu dizendo que: "*...é falador, mas parece um bom homem; nunca saiu quase de seu sítio. O que não admira num capixaba*".

Fig. 08. O Imperador D. Pedro II, quando pernoitou na Casa Grande do Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, em 1860, quando tinha 35 anos.

No dia seguinte, 03 de fevereiro, embarcou numa grande canoa, denominada "Triunfo", e subiu o Riacho em direção a Linhares. Seu diário fala também de uma aldeia indígena no local Campos do Riacho, e da apresentação da "Banda de Congo de São Benedito do Riacho", para o Imperador, o que demonstrou a presença de escravos africanos na região.

V. O CRESCIMENTO DE CAMPOS DO RIACHO

Tendo surgido como uma aldeia indígena fundada pelo jesuíta Afonso Braz em 1557 (Marques, 1878: 5), a Aldeia do Campo (mais tarde Campos do Riacho) foi, a partir de 1792, amparada pelo destacamento militar que deu origem a Linhares, próximo a uma aldeia dos Botocudo, chamada "*Coutins*" (Marques, 1878: 176). De 1800 em diante, essa proteção foi também exercida pelo Quartel de Riacho, criado naquele ano e localizado "*nas margens de um ribeiro chamado Riacho, meia légua acima de sua embocadura no mar*" (Marques, 1878: 21-22).

Em 1815, foi a vez da criação do Quartel de Comboios, para evitar as incursões dos índios Botocudo. A povoação de Campos do Riacho, que substituiu a aldeia, segundo Novaes (1963: 55), foi iniciada por Francisco Bueno e João Campista, tendo o local se destacado como um refúgio de quilombolas durante o século XIX.

Conforme documento do Arquivo Municipal, seis anos após a independência do Brasil foi criada a Intendência Municipal de Vila do Riacho, em 1º de outubro de 1828, com os seguintes empregados: Secretário, Procurador, Porteiro e Fiscal. As intendências eram criadas nessa época e até a Primeira República (1930) com a função

de sediar um corpo de funcionários encarregados dos negócios distritais, equivalendo a uma Sub-Prefeitura, antecipando em 64 anos a criação do Município de Riacho em 1891.

Tal fato histórico atesta o progresso da antiga aldeia de Campos do Riacho e sua importância dentro do município de Reis Magos, ao qual pertencia a área sob a jurisdição de Aldeia Velha, que veio tornar-se Município de Santa Cruz em 1848. Sua população continuou crescendo enquanto a área do vale do rio Riacho, norte do novo município, atraía fazendeiros, por causa da fertilidade de suas terras para o gado e as lavouras. Apesar da economia estar baseada no escravismo, a prosperidade econômica não tardou a chegar para as fazendas e proprietários e, assim, a década de 1850 se inicia com bom impulso das atividades agropecuárias.

Um desses futuros fazendeiros foi o aventureiro **Basílio Emílio dos Santos Leal**. Segundo contam seus parentes atuais, Basílio Emílio era um dos dez irmãos portugueses que imigraram para o Brasil, em 1853, e saltaram um em cada porto brasileiro, ficando Basílio em Vitória, de onde foi enviado pelo Governador da Província para o vale do Riacho.

Lá, **Basílio Emílio Leal** acabou tornando-se fazendeiro e proprietário de escravos, desmatou grandes áreas, criou gado, plantou mandioca, cana-de-açúcar, milho e feijão, casou-se com uma moradora da vila do Riacho e tiveram sete filhos: **Herculano, Teodorico, Arlindo, Leocádia, Alzira, Leonídia e Maria Hermentina dos Santos Leal**, os quais se tornaram pessoas influentes naquela Vila e em todo o município de Santa Cruz, daí saindo fazendeiros do café e gado, professores, vereadores e prefeito. Os **Leal** de Vila do Riacho chegaram a montar uma empresa comercial para comerciar o café e demais produtos que produziam, já na época de **Alberto, Mauro e Pedro de Araújo Leal**, esse último prefeito por dois mandatos.

Uma das filhas de **Basílio Emílio Leal**, **Alzira**, acabou casando-se com **Emiliano** um dos netos de **Luiz da Rosa Loureiro**, antigo morador de Riacho desde o início do século XIX. "Coronel" Loureiro, como era conhecido, tornara-se Tenente da Guarda Nacional nos meados dos anos 1840 e, em 14 de abril de 1851, fora nomeado presidente do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional, de acordo com a Ata de sua instalação, na Vila de Santa Cruz, sendo ainda companheiros de Conselho o 1º Sargento, **José Pinto de Miranda e Sá**, e pelos secretários **Fumiel Santana e José Pinto Homero de Azevedo**. Tinha o Conselho de Qualificação a função de alistar e qualificar os Guardas Nacionais dessa paróquia, alistando 249 pessoas com idade de 19 a 52 anos.

Em 1854, o Tenente Luíz da Rosa Loureiro, juntamente com Joaquim Carlos Pereira vieram se estabelecer no vale do rio Gemuhuna, mais tarde, acompanhados por Marcelino Rosa Loureiro, “*nomes que encontraremos vivos, pelos descendentes, nos fatos ligados à escravidão no Espírito Santo*” (Novaes, 1963: 55), já que a mão-de-obra nas fazendas nessa época era predominantemente escrava. Foram os Loureiro que se tornaram sesmeiros na área do rio Gemuhuna, um pouco ao sul de Campos do Riacho.

Assim, uma sesmaria foi formada, ao norte do rio Pavor, englobando a área do Gemuhuna e para além dele, a partir de 1854, pertencendo ao então Coronel Luís da Rosa Loureiro, pai de Honório da Fraga Loureiro que se casou com Luíza Pereira dos Passos Carlos e gerou os fazendeiros Philareto (nascido em 1879) e Emiliano Loureiro (nascido em 1885). Philareto chegou a ser prefeito do município de Riacho. Emiliano, grande fazendeiro, casado com Alzira dos Santos Leal, foram pais de inúmeros filhos: Hélio, Delamário, Gláucia, Glauro, William, Neusa e outros. Esse historiador conheceu, na infância, os dois fazendeiros do Gemuhuna e conhece os seus filhos acima mencionados.

Fig. 09. Emiliano Carlos Loureiro (1885-1982), neto de Luíz da Rosa Loureiro, e último herdeiro dos sesmeiros do século XIX na área do Distrito de Riacho (Acervo da filha Gláucia Loureiro)

A alguns quilômetros ao norte do vale do rio Gemuhuna, continuava a prosperidade de Campos do Riacho. Por essa época, década de 1850, “*tendo por matriz uma capella existente no Riacho*”, mais tarde foi criada no Município “*uma freguesia com a invocação de São Benedito*”, amparada pelo artigo 1º da Lei Provincial nº 25 de 1864 (Marques, 1878: 214).

Fig. 10. Surgida antes da criação da freguesia em 1864, a atual Igreja Católica de São Benedito, de Vila do Riacho, Município de Aracruz, ES, com a aparência da última reforma de 1925 (Foto de Humberto Demarchi, 2004)

Por força da Lei Provincial nº 25, de 1864, Campos do Riacho tornou-se distrito e freguesia de São Benedito do Riacho e continuou a prosperar, graças à fertilidade de suas terras, aumentando o número de fazendeiros e lavradores

Sua população, uma década e meia depois, em 1878 era, de acordo com Marques (1878: 214), de 1.003 pessoas, sendo 502 homens e 501 mulheres, dos quais 937 (93,42%) eram livres e 66 (6,58%), escravos, sendo 38 homens e 28 mulheres.

No Relatório do Dr. Marques, Campos do Riacho era um próspero povoado, com 136 moradias, embora tivesse quase quatro vezes menos casas que Santa Cruz, com 508 moradias. A única religião da Vila era a católica. Quanto às etnias e raças, a maioria era de caboclos, 337 pessoas, seguida de 293 pardos, 219 brancos e 111 pretos. Como havia 141 homens livres e 120 mulheres livres casados, podemos supor que a Vila possuía umas 130 famílias e residências constituídas, com uma média de sete a oito filhos por família. Havia três estrangeiros de nacionalidade portuguesa. A maioria era de 960 brasileiros capixabas, mas havia 14 pernambucanos, 11 catarinenses, oito baianos e cinco piauienses.

Em termos da estrutura ocupacional, o Relatório do Dr. Marques (1878: 214) menciona os seguintes profissionais: quatro funcionários públicos (dos quais, um professor). Entre os profissionais não-classificados, estavam nove marítimos e quatro capitalistas e proprietários. Entre as profissões industriais e comerciais, citava nove manufatureiros e fabricantes e nove comerciantes, guarda-livros e caixeiros. Exerciam as profissões manuais ou mecânicas 44 costureiras, três operários em metais, oito em madeiras, 42 em tecidos, seis em vestuário e três no ramo dos calçados. Entre as profissões agrícolas, identificou 264 lavradores e 14 criadores e mais um grupo que chamou de pessoas assalariadas, com 52 criados e jornaleiros. Mencionava ainda 200 trabalhadores no serviço doméstico e 335 sem profissão (possivelmente, crianças e adolescentes).

Quanto ao nível de instrução da comunidade, apenas 109 pessoas sabiam ler e escrever, enquanto os analfabetos eram 828 (82,5% da população), entre os quais a maioria era de mulheres, 53,3%. Os 66 escravos eram todos analfabetos. Dos 82,5% de crianças em idade escolar (6 a 15 anos), apenas 32 freqüentavam a escola. Havia duas escolas: uma para meninos, criada em 1858 pela Lei Provincial nº 321, e outra criada em 1870, sendo concursado e nomeado para uma turma de 12 alunos, o Prof. Carlos Pereira dos Santos Netto, possível pai do Prof. Misael Pinto Neto e Ananias Neto (ver Marcos Andrade).

O casamento de Emiliano Carlos Loureiro e Alzira dos Santos Leal no final do século XIX possibilitou a união de duas importantes famílias de proprietários e fazendeiros do vale do Riacho, os Leal, na margem direita do rio Riacho, que passa

nas suas terras, e os Loureiro, no vale do rio Gemuhuna, afluente da margem direita do Riacho. A aliança Leal-Loureiro acabou formando uma influente oligarquia distrital fornecendo prefeitos e vereadores durante os 40 anos de emancipação municipal de Riacho (1891-1931). Na década de 1940, a aliança expandiu-se com a emersão do político José Coutinho da Conceição, de Barra do Riacho, tornando-se Leal-Loureiro-Coutinho, tendo seus políticos participado ativamente da transferência da sede do município, de Santa Cruz para Sauaçu, em 1950, ainda elegendo posteriormente um prefeito por dois mandatos e vereadores de uma grande oligarquia.

VI. O CRESCIMENTO DE BARRA DO RIACHO

Na foz do Riacho, próximo ao Quartel fundado em 1800, Antonio Lobo construíra sua Casa Grande, armazém, curral, paiol e outros cômodos necessários ao funcionamento pleno de uma fazenda de pequeno porte. Muitas fazendas se dedicavam, também, à extração da madeira de lei da parte oeste das sesmarias, onde abundava a Mata Atlântica.

Como vimos no capítulo anterior, Barra do Riacho surgiu na ponta-leste da Sesmaria de Antônio da Rocha Lobo, nos anos 1880, em torno do pasto da fazenda "Flor da Barra". A sesmaria, que ia da fonte do Ingá, na saída norte de Barra do Riacho, até o rio do Engenho, fora comprada de José Ribeiro de Matos, um dos herdeiros do Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, cuja propriedade ia do rio Pavor ao rio do Engenho, tendo sido dividida entre seus filhos Luís (que ficou com a área do rio Pavor ao rio Santa Joana) e José (cujo pedaço ia do rio Santa Joana ao córrego do Engenho ou das Minhocas, que sai na Praia da Conchinha). A sesmaria dos Lobo era o pedaço sul da fazenda de José Ribeiro de Matos, dentro da qual ficava o território atual de Barra do Riacho. Enquanto Luís Matos morava no sobrado da colina ao norte da atual Barra do Riacho, José Matos morava numa Casa Grande, no rio do Engenho.

Antonio da Rocha Lobo, filho de Joaquim Damasceno da Rocha e Antônia da Rocha Lobo, nasceu no município de São João da Barra, Rio de Janeiro, em 24 de março de 1860. Em 1879, portanto aos 19 anos, tendo falecido seus pais, veio para o Espírito Santo, indo morar na barra do rio Doce, em Regência, como sócio de uma casa

comercial com Joaquim Teodolino César dos Santos. Um ano depois, já em 1880, transferiu-se para Vila do Riacho. Muito interessado na leitura, Antonio Lobo acabou tornando-se professor autodidata e, após prestar um exame no Departamento de Educação do Estado, em Vitória, tornou-se mestre-escola, título que se dava na época aos professores de escolas unidocentes, tendo exercido o magistério por 14 anos, até 1894, e tido como alunos Misael Pinto Neto e Ananias Neto.

Fig. 11. O Professor Antonio da Rocha Lobo, em seus quarenta anos.

Em 1881, com 21 anos, casou-se com Maria Antonina Costa e Silva, com quem teve diversos filhos: Ester, Zulmira, Jovelina, Zélia, Judith, Antonio Junior e Armando. Este último morou na Barra do Riacho até os meados dos anos 1940. Não conseguimos descobrir quando veio morar na Barra, quem foi o primeiro morador, após a chegada do destacamento de soldados do Quartel da foz do Riacho. A reconstituição se dá sobre o que foi obtido.

Assim que se casou, Antonio da Rocha Lobo comprou um pedaço da sesmaria dos Matos, próximo à foz do Riacho. Segundo Alves Pequeno (s.d.: 17), *“ao sul da barra do Riacho, onde se localizava a povoação do mesmo nome, adquiriu a “Fazenda da Barra”, ao longo do litoral, com extensa área de terras férteis e em grande parte coberta de matas, passando desde então a alternar a residência entre a vila e a nova propriedade”*. Muito generoso, o Prof. Lobo ajudava os pescadores pobres da região, fazendo-lhes *“redes e embarcações a troco de nada, senão de peixes para sua mesa”*.

Logo, tornou-se um próspero fazendeiro e, não tendo como transportar seus produtos para a Capital, Vitória, mas tendo madeira em profusão em sua floresta de Mata Atlântica, o Prof. Lobo armou um estaleiro na boca da barra, fez extrair a madeira necessária e entregou-se de corpo e alma à construção do barco. Pintou parte do barco com tinta vermelha extraída do pau-brasil e escreveu nele o nome de seu armador: “LOBO”. Lançou-se ao mar ante os aplausos e gritarias dos moradores, ainda boquiabertos com a façanha. Levava madeiras, café, farinha de mandioca, feijão, milho, carne-de-sol, peixe salgado, gamelas, peneiras, remos e outros produtos da terra e, dias depois, voltava de Vitória trazendo *“sal, fumo, querosene, farinha de trigo, açúcar, peças de seda e algodão, sabonetes, extratos, quinquilharias...”*. Em suas muitas viagens, o “Lobo” chegou até o Rio de Janeiro, na época a capital do Brasil.

Com o início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, a firma Cruz, Sobrinhos & Cia, de Vitória, instalou-se na pequena estação de Natividade do Manhuaçu, hoje Aimorés, na divisória com o rio Doce, e Antônio da Rocha Lobo se tornou seu representante na área, ligando o distante interior com a Capital. Em 24 de maio de 1912, Prof. Lobo e sua família se mudaram para lá, deixando Riacho e Barra do Riacho. Lá ajudou a construir uma igreja, iniciou a lavoura de algodão e *“instalou numa das ilhas do rio caudaloso um catavento, movido dia e noite pela constante viração fluvial, trazendo água para sua residência e de outros vizinhos”*, tornando-se assim, pessoa estimada no lugar.

Prof. Lobo não era apenas um homem de iniciativas, sua generosidade lhe granjeou a alcunha de “Papai Lobo”, pois socorria os pobres com alimentos e remédios. Assim, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara de Aimorés. Como homem culto que era, Prof. Lobo destacou-se nas letras e, hoje, é Patrono da Cadeira de Poesia, da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Também foi homenageado com nome de rua na cidade de Aracruz. Faleceu em 30 de julho de 1935, aos 75 anos de idade, tendo deixado em Barra do Riacho seu filho Armando Lobo, que lá continuaria sua história de generosidade.

Foi dentro dos limites dessa propriedade de Antonio Lobo que surgiu a Fazenda “Flor da Barra”, onde havia um grande pasto para o gado, em torno da qual floresceu o povoado de Barra do Riacho. Limitava-se, ao norte, com a Lagoa do Bernardo (antiga Ingá) e desembocadouro do Córrego Simplício; ao sul, com o Ribeirão das Minhocas e a Praia da Conchinha; a leste, com a foz do rio Riacho e o Oceano Atlântico e, a oeste, com o Córrego Simplício, terras devolutas e parte do Córrego Santa Joana.

Mapa 01. As três sesmarias que deram origem a Barra do Riacho: a de Luís Ribeiro Pinto de Matos, Antonio da Rocha Lobo e Dr. Afonso, nas primeiras décadas do século XIX.

Barra do Riacho surgiu na ponta-leste da sesmaria dos Lobo. Enquanto na margem direita (sul) da foz do Riacho estava a Casa Grande e o curral da fazenda “Flor da Barra”, da família Lobo, o pasto ficava a uns 300 metros ao norte numa clareira, margeada pelo rio Riacho que descia para o mar. Ali, em torno desse pasto, foram se instalando, desde 1881, (com permissão de Antônio da Rocha Lobo), os empregados de sua fazenda, além de índios e caboclos Tupinikim pescadores, das aldeias de Putiri, Sahy. Piranema, Pau-Brasil e Comboios, algumas famílias de negros libertos de

Campos do Riacho e famílias de brancos de Campos do Riacho e Santa Cruz, formando o lugarejo de Barra do Riacho para onde, pouco a pouco, mudaram-se agricultores, caçadores, artesãos e comerciantes.

Por volta de 1887, Barra do Riacho já se constituía num pequeno lugarejo, de acordo com documento do Sr. Antônio Lobo, pai de Armando (Lobo, 1974). Ali, na margem direita do Riacho, tendo ao sul a boca da Barra (foz do Riacho), surgiu um núcleo de pequenas palhoças, mais tarde lideradas por uma pequena igreja que ficava sobre uma elevação do terreno.

Em 1896, Luís Ribeiro de Matos comprou parte das terras herdadas pelo irmão José Ribeiro de Matos, que antes englobava o território onde hoje está Barra do Riacho (Cartório de Vila do Riacho, Livro de Notas, nº 5, folha 35). Ao morrer Luís de Matos após 1907, sua propriedade se dividiu entre seus filhos. Entretanto, seu irmão José comprou a propriedade à viúva Francisca Maria de Matos Pimentel (Dona Chiquinha Matos), mas o sobrinho Joaquim Matos Pimentel (Quinca Matos) ficou tomando conta dela como meeiro.

Antonio Matos Pimentel (Seu Antonico Matos) herdou sua parte da sesmaria de seu pai Luís Matos. Segundo Pai Souza (1998), suas terras iam da margem direita do rio Santa Joana depois da ponte, separado pela estrada Vila do Riacho-Barra do Riacho, indo até a fonte do Ingá, onde estava sua casa. A fonte, até há 35 anos, era a parte limpa de um brejo formado pelo rio Simplício na saída-norte de Barra do Riacho, que era chamada Lagoa do Bernardo (homenagem ao Caboclo Bernardo, que morou na Barra por uns tempos) ou Ingá, ponto de lavagem de roupa das mulheres do lugar. Antonico Matos era agricultor e possuía canavial e roça de mandioca. Suas terras mediam aproximadamente dez hectares. Produzia mel de cana, cachaça e rapadura.

Uma das filhas de Luís Matos, D. Vivina Matos Pimentel, herdou a parte oeste do rio Santa Joana até a fonte do Ingá, conhecida como fazenda do Major Otto Netto, com quem se casou. O Coronel Otto Netto veio de Vitória casado com D. Vivina. Depois passou a Major da Polícia Militar. Segundo Pai Souza, primo de sua esposa, intimidava muito o povo, pois dizia: "*Para quê a comunidade quer terra? Quem precisa de terra é Major Otto para criar uma grande fazenda!*". Mais tarde, juntou-se aos Coronéis Argeo e Orlando e compraram terras para a Aracruz Florestal.

Segundo Cordeiro (1998), o primeiro donatário do rio do Engenho era um certo Dr. Alfredo Afonsinho. Havia uma casa grande com base de pedra. Na estrada do engenho havia muita araçá, goiaba e pitanga. Com base no depoimento de Ivelyse Lobo Carmelita (2002), filha de Armando Lobo, a qual entrevistamos em Belo Horizonte, o rio do Engenho tinha uma água transparente e era de beber, tanto assim que seu pai Armando Lobo proibia os filhos de lá se banharem para não sujar a água. Ivelise chamou o Dr. Afonsinho de Dr. Afonso d'Alcântara, proprietário de um moinho de fubá ou farinha de mandioca, e casado com Zélia, uma das filhas de Antonio Lobo, considerado homem de pouca conversa, rígido e durão pelos moradores da Barra do Riacho.

Esse rio do Engenho era, na verdade, um filete d'água, que não alcançava dois metros de largura e desembocava na Praia da Conchinha. Pai Souza, entretanto, declarou que seu avô José Ribeiro de Matos vendeu aquela porção de terra a Antonio Lobo. Dona Liberalina Azeredo (1998), filha de criação de Luíza Matos Coutinho (uma das filhas de José Matos e casada com Antonico Coutinho), afirmou que o pessoal de José Matos morou no engenho. O local era uma das fontes onde as mulheres de Barra do Riacho lavavam roupa e as crianças iam catar frutas silvestres, como araçá, pitanga, murta e outras.

Desconhecem-se os nomes dos primeiros moradores além dos Matos e dos Lobo. Os descendentes dos Matos vivem até hoje em Barra do Riacho e o parente mais próximo é Edir Matos Pimentel, neta de Luís de Matos, e uma de nossas depoentes da história local. Além dela, seus sobrinhos da família Azeredo também têm descendência, principalmente os filhos de Manoel Azeredo e Iná Pimentel. Os Lobo mudaram-se para Aimorés e depois para Belo Horizonte, Minas Gerais.

Pouco a pouco, foram surgindo várias casas dos índios e caboclos pescadores, ligadas por caminhos entremeados por árvores de grande porte, arbustos e uma vegetação rasteira. Progressivamente, os arbustos entre as casas foram roçados pelos posseiros, surgindo uma clareira, onde floresceu uma grama e muita muxinga, que era arrancada de vez em quando, predominando a grama de um pasto, onde pastava o gado de Armando Lobo e, posteriormente, dos fazendeiros Emiliano Loureiro e Major Otto Netto.

Com a entrada do Brasil na fase republicana em 1889, o povoado de Barra do Riacho ficou dentro do distrito de Riacho, que compunha o município de Santa Cruz em 1848 e do qual se separou em 1891, formando o município de Riacho, que durou até

1931. Com a elevação do distrito de Riacho à categoria de Município por 40 anos, o povoado de Barra do Riacho passou a depender diretamente de Vila do Riacho, sede do novo município.

A Sesmaria de Barra do Riacho foi retomada, em 1912, pelo Sr. Antônio da Rocha Lobo, seu proprietário. O lugarejo que surgira dentro da Sesmaria, a 300 metros da Casa Grande dos Lobo, chamava-se “Flor da Barra”, como a fazenda, mas pouco a pouco ficou conhecido pelo nome da Sesmaria, vilarejo de Barra do Riacho, e possuía 30 hectares delimitados pelo “velho” Lobo, para doação aos moradores, conforme D. Rosa Reis Coutinho (1995) e carta de Armando Lobo (1974) ao Sr. José Souza em 1974, neto de José Ribeiro Pinto de Matos. Logo, Barra do Riacho tornou-se um povoado economicamente próspero na pesca, na agricultura e no comércio agro-exportador.

Em 1912, com dezenas de famílias morando na área, seja trabalhando em sua fazenda, pescando no rio Riacho e no mar, ou vivendo em choupanas em torno do pasto, Antônio Lobo resolveu doar o pasto e lotes em redor dele para aquelas famílias, passando para aqueles posseiros cerca de 30 hectares (300.000m²) da sesmaria de Barra do Riacho.

Fig. 12. O primeiro benfeitor de Barra do Riacho, professor Antonio da Rocha Lobo, em seus últimos anos, com sua neta Ivelyse no colo, em Aimorés, Minas Gerais, 1933 (Acervo da neta Ivelyse Lobo Carmelita).

A sesmaria de Barra do Riacho ia do rio Riacho a leste até o Córrego do Ouro, a oeste, local onde hoje é o viveiro de eucaliptos da Aracruz Celulose. Através de seu porto na foz do Riacho, a “boca da barra”, Antônio Lobo exportava para Vitória sua produção, que incluía feijão, milho e carne, além de farinha de mandioca, abóbora e artesanato de madeira (gamelas, remos) e fibras (cestos, peneiras), que vinha de Comboios e Pau-Brasil, e outros artigos do sertão do Riacho. Quando o mar mudava a boca da barra, era preciso que pequenos barcos levassem os produtos para os navios fundeados a uns 100 metros da praia. Às vezes, era necessário que os carregadores levassem os sacos cheios de farinha, milho, feijão e demais artigos na cabeça, para despejar nos navios.

Enquanto Vila do Riacho se destacava por sua produção agropecuária, a comunidade de Barra do Riacho dedicava-se à pesca, à pequena agricultura e à exportação dos produtos de todo o sertão do rio Riacho. Alguns fazendeiros de Comboios eram moradores de Barra do Riacho, tendo estendido para lá suas economias.

O surgimento de um certo dinamismo econômico no povoado cedo despertou uma competição entre as duas comunidades, que durou até há bem pouco tempo. Tal competição contribuiu para estimular o desenvolvimento cultural delas, principalmente nos esportes, Escolas, Bandas de Congo, cordões carnavalescos, Folias de Reis etc.

Disputando o espaço de um pasto no centro do povoado de Barra do Riacho com os rebanhos bovinos dos fazendeiros Emiliano Loureiro e Major Otto Netto, os moradores da Barra fizeram surgir um campo de futebol onde se batiam as equipes das ruas de baixo (sul) e de cima (norte) e logo apareceram dois times, o “Debaixo” e o “Decima”, criando a mais antiga tradição de futebol local, que deu origem ao Esporte Clube Riachuelo (Ribeiro, 1998), uma tradição e um dos orgulhos de Barra do Riacho.

Enquanto os italianos povoavam o interior do município de Santa Cruz, tornando-se maioria nos povoados de Sauaçu, Ribeirão da Linha (mais tarde Guaraná), Jacupemba, e outros, Barra do Riacho era formada por índios e caboclos de Putiri, Sahy, Piranema, Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios, negros de Vila do Riacho e, mais tarde, os luso-brasileiros de Santa Cruz e Riacho.

Por volta de 1930, havia em Barra do Riacho três fazendas: a dos Lobo, a dos Matos e a dos Neto-Matos. A dos Lobo, comandada por Armando Lobo, filho do velho Antonio Lobo, ia do córrego das Minhocas/rio do Engenho à lagoa do Bernardo (Ingá). A dos Matos (descendentes de José) limitava-se com o rio Pavor (hoje um canal, depois que chegaram os eucaliptos da Aracruz Celulose), ao norte do qual se situava a fazenda de Philareto Loureiro, no rio Gemuhuna e, ao sul, com o rio Santa Joana; a dos Neto-Matos (Otto Neto e Vivina, Antonico e Quinca Matos), indo do rio Santa Joana até a fonte do Ingá ou Lagoa do Bernardo, formada pelo córrego Simplicio, na saída-norte do povoado de Barra do Riacho. Todas possuíam Casa Grande, senzala, canaviais e gado e se dedicavam também à extração de madeira de lei da parte oeste das sesmarias, onde abundava a exuberante Mata Atlântica.

Um depoimento de Ivelyse Lobo Carmelita, filha mais velha de Armando Lobo, ajudou a esclarecer bem os fatos. Armando Lobo, nascera em 1904, filho caçula do Prof. Antonio da Rocha Lobo e de D. Maria Antonina Costa e Silva, era um homem esclarecido e solidário com os moradores de Barra do Riacho, como o pai, tanto que é

lembrado com carinho pelo povo local. Casou-se com dona Mathilde, de origem italiana, e teve com ela as duas filhas Ivelyse e Ivana.

Fig 13. Armando Lobo, ainda jovem quarentão, empreendedor idealista, sonhava criar uma Cooperativa de Pesca em Barra do Riacho, lá pela década de 1940 (Acervo da filha Ivelyse Lobo Carmelita)

Armando Lobo foi um próspero armador em Barra do Riacho. Possuía dois barcos de pesca, a baleeira “Tabu”, que pescava roncador na enseada, e o bote “Ivelyse” (em homenagem a sua filha mais velha), que pescava no arquipélago dos Abrolhos, sul da Bahia, ambos construídos para ele por José Ribeiro de Matos que, além de lavrador, também era carpinteiro naval.

Fig. 14. Visita do Prefeito José de Assis Gomes (à esquerda) e seu Secretário (ao meio) a Barra do Riacho, e o encontro com Armando Lobo (à direita) e sua filha Ivelyse, em 1940 (Acervo da filha Ivelyse Lobo Carmelita)

Armando dedicava-se a muitas atividades econômicas. Fazia redes de pescar, salgava peixe, que mandava para Vitória, considerado “melhor que qualquer bacalhau”, tal era o capricho da salgadura. Fabricava óleo de fígado de cação e de tartaruga, mas proibia que se comessem os ovos desse quelônio para que não acabassem.

Fig. 15. A pesca do cação e da tartaruga, pelos barcos e pescadores de Armando Lobo, em 1940 (Acervo da filha Ivelyse Lobo Carmelita)

Comprava toda a produção dos nativos e moradores das redondezas, desde farinha de mandioca (que armazenava em seus dois armazéns), até peixe e plantas medicinais (poaia, marcela). Transportava suas mercadorias por terra numa carroça puxada por uma besta, a “Mineira”, que trouxe de Minas Gerais. Essa produção era enviada de barco para Vitória, principalmente no grande “Aruazy”, de propriedade do Sr. Manoel (Neco) Andrade, com capacidade para 200 sacos de farinha, ou dez toneladas. Além disso, transportava também toras de madeira amarrada atrás do barco.

Fig. 16. O barco "Aruazy", de Armando Lobo, Barra do Riacho, nos tempos de grande comércio entre o sertão do Riacho e Vitória, na década de 1940 (Acervo da filha Ivelyse Lobo Carmelita).

O sonho de Armando Lobo era construir uma Cooperativa de Pesca em Barra do Riacho, segundo depoimento de sua filha Ivelyse Lobo Carmelita (2002). Embora a vida de armador proporcionasse uma vida confortável (nos termos da época, sem luz elétrica, água encanada e outros confortos) a Armando Lobo e sua família, ele pensou que o lugar e ele iriam progredir quando apareceram uns norte-americanos da Dupont do Brasil, no início dos anos de 1940, pesquisando monazita e principalmente ilmenita nas areias pretas de Guarapari e outras praias capixabas e brasileiras. Eles ofereceram um emprego vantajoso a Armando Lobo. Acreditando ter tirado a sorte grande, Seu Armando acompanhou um dos diretores dessa firma, Mr. Guilson, e trabalhou com eles por uns quatro anos, até que o governo Vargas impediu as prospecções minerais após os norte-americanos terem levado muitos sacos de areia para os Estados Unidos, dizendo que estavam pesquisando matéria plástica, uma desculpa que davam para não levantar suspeita, já que o que queriam eram minerais radioativos, e o plástico vem do petróleo.

Fig 17. *Fac-simile* da Certidão de Doação em Escritura Pública de Armando Lobo à Cia. Ferro e Aço, do patrimônio de 50 hectares do povoado de Barra do Riacho, por Antonio da Rocha Lobo (30 ha), e seu filho Armando Lobo (+ 20 ha) ao povo de Barra do Riacho, 1940 (Lei Nº 4 de 30-07-1940)

Ao retornar para Barra do Riacho, Armando Lobo comprou um caminhão para transportar madeira e farinha. Desmatando a facção, machado e foice a Mata Atlântica, em torno de Barra do Riacho, as toras eram arrastadas para fora da Mata por uma junta de bois e depois puxadas pelo caminhão até a praia e roladas até o barco ao qual eram amarradas. Foi justamente com a venda de madeira que Armando se decepcionou com seu sócio de Vitória. Ao ir a Vitória para receber dois carregamentos de toras que lhe enviara por mar, Armando Lobo ouviu do sócio que não havia recebido a madeira. Como era um homem de paz, Armando evitou brigar, mas voltou para a Barra amargurado com o prejuízo. Esse desencantamento, o último que sofreu, levou-o a vender sua propriedade em Barra do Riacho para a Companhia Ferro e Aço, em 1947, e a mudar-se para Minas Gerais.

Fig. 18. Armando Lobo, o segundo benfeitor de Barra do Riacho, aos 68 anos de idade. Completou a obra de seu pai, o Prof. Lobo. Faleceu em 1989, Aimorés, Minas Gerais (Acervo de sua filha Ivelyse Lobo Carmelita)

VII. CONCLUSÃO

Com a venda do que restara da antiga Fazenda “Flor da Barra” para a Companhia Ferro e Aço, em 1947, a Casa da Família Lobo na foz do rio Riacho acabou servindo de abrigo para os lenhadores que vieram do norte do Espírito Santo, sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais para intensificar o desmatamento da Mata Atlântica e fazer carvão para os fornos da siderúrgica que a empresa montara em Jardim América, Cariacica, extraíndo e queimando madeira até 1963, quando a firma faliu e os lenhadores tornaram-se posseiros das áreas que ocupavam dentro da Mata.

Desde a chegada da Aracruz Celulose em 1967, começou um novo desmatamento da outrora luxuriante Mata Atlântica, que foi queimada com fogueiras dantescas, segundo depoimentos de testemunhas oculares. A foz do rio continua lá, mas a praia da Concha tornou-se o Porto de Barra do Riacho, na foz do Córrego das Minhocas. Uma nova era de progresso econômico tomou conta da região, e hoje, com o advento do petróleo e do gás, além de estaleiro, Barra do Riacho viu cumprir-se o sonho da Família Lobo, e ser ultrapassado pelo capital intensivo que ali se instalou.

De qualquer modo, cabe à comunidade de Barra do Riacho, essa inspiração do Prof. Antonio da Rocha Lobo e de seu filho Armando Lobo, homenageá-lo com a nomeação da Unidade de Saúde que breve será inaugurada, demonstrando o reconhecimento das autoridades do Poder Público Municipal para com o resgate da memória histórica dos moradores de Barra do Riacho, e construindo para a consolidação de sua identidade cultural .

VIVA A UNIDADE DE SAÚDE “ARMANDO LOBO” !

Texto extraído do livro: COUTINHO, José Maria. Uma História do Povo de Aracruz. Aracruz, REITEM, 2006.

Associação Comunitária de Barra do Riacho

Fundada em 31/08/1980 e Registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Aracruz

Barra do Riacho, 23 de Dezembro de 2008.

Of: n° 029/08

AO: Câmara dos Vereadores de Aracruz

ATT: Ismael da Rós Auer

Presidente

Nós da Associação Comunitária de Barra do Riacho, na pessoa do Srº. Paulo Flávio Machado, vimos através deste solicitar a esta casa de leis que apreciem com carinho a escolha do nome a ser dado a Unidade de Saúde de Barra do Riacho. Considerando haver um pedido da família do Srº Édson Santos Cordeiro datada no dia 01/09/2007 como nome a ser utilizada na nova Unidade de Saúde de Barra do Riacho. O Srº Édson Santos Cordeiro é um morador dos mais antigos desta comunidade, e que muito lutou em prol dos pescadores através da Colônia Z-7, onde o mesmo foi presidente por vários anos. Neste período os pescadores passaram a ser legalizados através de várias reivindicações que o Srº Édson fez em Brasília. Considerando ainda que o Srº Édson também executou um excelente trabalho junto a prefeitura como funcionário por muitos anos. Entendemos que a família Lobo já foi homenageada em nossa comunidade através da casa da cultura de Barra do Riacho, onde a mesma tem o nome de Professor Lobo. Em Barra do Riacho, todas as instituições levam o nome de antigos moradores, destacamos como exemplo: Creche, Pré-Escola, Escola Municipal de 1º Grau, Quadra Poli Esportiva, Colônia Z-7, Estaleiro, Estádio de Futebol.

Nós diretores desta associação pedimos a atenção a este ofício, onde reforçamos a solicitação da família do Srº Édson Santos Cordeiro, como forma de homenagear um homem que tanto lutou pelos menos favorecidos.

Certo de podermos contar com a compreensão e colaboração desta casa para homenagearmos este grande homem, subscrevemo-nos.


Paulo Flávio Machado
Presidente

27.327.527/0001-81

**ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE
BARRA DE RIACHO**

Rua Principal, s/nº - Barra do Riacho - ES

Rua Patriarca Albino Azeredo nº 60 – Barra do Riacho – Aracruz - ES
CGC. 27.327.527/0001-81 – Tel. 3296-9755 / 8123-9790

Força Comunitária

Solicitação

Nós, filhos do senhor Edson Santos Cordeiro, falecido em 25 de dezembro de 2006, vimos através desta, solicitar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Ademar Coutinho Devens e aos vereadores da câmara municipal que ao término da nova unidade de saúde de Barra do Riacho, no ato de inauguração, seja colocado o nome do senhor “ Edson Santos Cordeiro ”, como homenagem, pois quando em vida, muito trabalhou pela comunidade, sendo um dos primeiros moradores da Barra do Riacho.

Foi pescador durante muitos anos, presidente da Colônia de Pesca por mais de dez anos, muito lutou por essa classe tão sofrida.

Trabalhou também como encarregado de obras da prefeitura por muitos anos.

Homem íntegro, temente a Deus, um exemplo de pai, sempre lutou pela moral e os bons costumes. Soube dignificar o seu nome e muito fez por esta comunidade.

Por estes méritos é que estamos enviando esta solicitação e esperamos que a mesma seja analisada com carinho.

**Desde já agradecemos.
Seus filhos.**

Barra do Riacho _ 01/09/2007



Câmara Municipal de Aracruz
Estado do Espírito Santo

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

PROCESSO Nº 4.061/2008
PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 086/2008
AUTOR: Poder Executivo Municipal
EMENTA: Dispõe sobre denominação de logradouro.

RELATÓRIO:

Conforme determinação regimental, esta relatoria procedeu à análise minuciosa da proposição em tela, constatando que a matéria **legal e constitucional**, votando a Comissão da seguinte maneira:

Voto do Relator: Voto na forma do relatório.
Voto do Presidente: Acompanho o voto do Relator
Voto do membro: Acompanho o voto do Relator

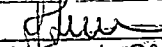
Por unanimidade de votos, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação emite parecer **favorável** à aprovação da matéria.

Era o que tínhamos a opinar.
Sala das Sessões da Câmara Municipal.
Em: 24 de dezembro de 2008.

PRESIDENTE: Rosane Ribeiro Machado.....
RELATORA: Luciano Domingos Frigini.....
MEMBRO: Ronaldo Modenesi Cuzzuol.....

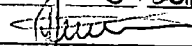
APROVADO 1º TURNO

Em 17/02/2009


Presidente da Câmara

APROVADO 2º TURNO

Em 26/02/2009


Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aracruz

Estado do Espírito Santo

PARECER DA COMISSÃO DE HONRARIAS

APROVADO 1º TURNO

Em 17/02/2009

Presidente da Câmara

PROCESSO Nº 4.061/2008
PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 086/2008
AUTOR: Poder Executivo Municipal
EMENTA: Dispõe sobre a denominação de unidade de saúde.

RELATÓRIO:

Conforme determinação regimental, esta relatoria procedeu análise minuciosa do Processo em tela, e concluiu por apresentar parecer favorável.

Voto do Relator: Voto na forma do Relatório
Voto do Presidente: Acompanho o Voto do Relator
Votos do Membro: Acompanha o voto do relator

Por unanimidade de votos, a Comissão de Defesa do Cidadão e Honrarias emite parecer favorável a aprovação da matéria.

Era o que tínhamos a opinar.
Sala das Sessões da Câmara Municipal,
Em: 24 de dezembro de 2008.

PRESIDENTE: Rodrigo Moro Capo Scopel
RELATOR: Orvanir Pedro Boschetti.....
MEMBRO: Paulo Sérgio da Silva Neres.....

APROVADO 2º TURNO

Em 26/02/2009

Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aracruz

Estado do Espírito Santo MAPA DE VOTAÇÃO

SESSÃO - 1º Turno: 3ª Sessão Ordinária Data: 17/02/2009

2º Turno: 4ª Sessão Ordinária Data: 26/02/2009

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 086/2009 - Dispõe sobre denominação de unidade de saúde de Barra do Riacho -

VEREADOR	COMISSÃO JUSTIÇA				COMISSÃO DE HONRARIAS			
	1º TURNO		2º TURNO		1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NAO
ANDERSON SEGATTO GHIDETTI	x		x		x		x	
GEORGE CARDOZO COUTINHO	x		x		x		x	
GILBERTO FURIERI	não	vota	não	vota	não	vota	não	vota
JOCIMAR RODRIGUES BORGES	x		x		x		x	
LUCIANO DOMINGOS FRIGINI	x		x		x		x	
ORVANIR PEDRO BOSCHETTI	x		x		x		x	
OZAIR COUTINHO GONÇALVES AUER	x		ausente		x		ausente	
PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA	x		x		x		x	
RONALDO MODENESI CUZZUOL	x		x		x		x	
RONIS JOSÉ PEREIRA ALVES	x		x		x		x	

COMISSÃO DE JUSTIÇA:

1º Turno: favoráveis 09.....votos
Contrários 00.....votos

2º Turno: favoráveis 09.....votos
contrários 00.....votos

COMISSÃO DE HONRARIAS:

1º Turno: favoráveis 09.....votos
contrários 00.....votos

2º Turno: favoráveis 08.....votos
contrários 00.....votos

1ª Secretária



Câmara Municipal de Aracruz

Estado do Espírito Santo

MAPA DE VOTAÇÃO

SESSÃO - 1º Turno: 3ª Sessão Ordinária Data: 17/10/2009

2º Turno: 4ª Sessão Ordinária Data: 26/10/2009

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 086/2008 - Dispõe sobre.....
denominação de unidade de saúde de Bairro do Riacho.

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ANDERSON SEGATTO GHIDETTI		X		X
GEORGE CARDOZO COUTINHO		X		X
GILBERTO FURIERI	não	vota	não	vota
JOCIMAR RODRIGUES BORGES		X		X
LUCIANO DOMINGOS FRIGINI		X		X
ORVANIR PEDRO BOSCHETTI	X			
OZAIR COUTINHO GONÇALVES AUER	X		ausente	
PAULO SERGIO RODRIGUES PEREIRA	X			
RONALDO MODENESI CUZZUOL	X			
RONIS JOSÉ PEREIRA ALVES		X		X

RESULTADOS

1º Turno: favoráveis ...04...votos
contrários ...05...votos

2º Turno: favoráveis ...03...votos
contrários ...05...votos


1ª Secretária



Câmara Municipal de Aracruz
Estado do Espírito Santo

Aracruz-ES., 27 de fevereiro de 2009.

Of. nº 025/2009
Gab. da Presidência

SENHOR PREFEITO:

Comunico a Vossa Excelência que o **Projeto de Lei nº 086/2008** – Dispõe sobre denominação da Unidade de Saúde de Barra do Riacho, foi **rejeitado** em 2º turno, na 4ª Sessão Ordinária, da Legislatura 2009/2012, realizada em 26/02/2009.

Cordiais Saudações:


GILBERTO FURIERI
Presidente da Câmara

Exmº Sr.
ADEMAR COUTINHO DEVENS
DD. Prefeito Municipal
Nesta